

# “Lei é para quem não usa gravata”

AGÊNCIA ESTADO E SERVIÇO LOCAL

“No Brasil, lei penal é para quem não usa gravata”, afirmou o jurista Miguel Seabra Fagundes, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e ex-ministro da Justiça, que até concorda com o presidente da República quando ele critica a Lei Fleury e diz que, aqui, rico não vai preso.

“Ninguém melhor do que o presidente, ante os escândalos de corrupção, como a licitação comprovadamente fraudada para a construção da Ferrovia Norte-Sul, sabe que a lei penal no Brasil não existe para quem usa gravata.” Depois da ironia, o jurista, ouvido no Rio, criticou Sarney por não concordar com o artigo da nova Constituição que só permite a prisão em flagrante. “O texto constitucional em votação que exige o flagrante delicto ou o mandado judicial é regra vigente há dezenas de anos no Direito brasileiro, não é inovação da Carta em elaboração, e é preceito indispensável à proteção do indivíduo inocente ante o abuso da ação policial”, argumentou Seabra Fagundes.

Quando à extinção da Lei Fleury, segundo Seabra Fagundes, “é uma lei oportunista do Estado militar, para proteger um dos campeões da tortura há 20 anos. Sua origem já diz tudo”.

Luiz Vicente Cernicchiaro, vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e desembargador: “O País tem leis suficientes para punir os infratores. Mas as leis podem ser aperfeiçoadas para acelerar as decisões da Justiça. O que existe hoje é a perplexidade da Nação diante de determinados fatos, de ter conhecimento de um delito e não haver resposta quase imediata do Estado”. Cernicchiaro, também presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, dá uma sugestão: “O cidadão que praticar crimes contra o Estado estará impedido de obter financiamentos ou qualquer tipo de apoio oficial, sem prejuízo de outras medidas penais”.

Roberto Rosas, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): “Lei no Brasil, para punir os corruptos, tem até demais. O que falta é aplicá-las. Cabe às autoridades competentes a identificação dos responsáveis. O Poder Judiciário certamente vai se pronunciar se os outros órgãos estiverem cumprindo corretamente as suas obrigações. O Judiciário só se pronuncia se for provocado”.

Sérgio Bermudes, advogado: “A fala de Sarney é parecida com uma

introdução de Ato Institucional, mas ainda não sei o que há por trás disso. Uma fala dessas pode significar duas coisas: ou é uma manobra para recuperar a credibilidade perdida, o prestígio desaparecido, ou é uma jogada — não sei se canhestra ou séria — para um golpe. De qualquer maneira, é uma declaração muito grave”.

Hamilton Dias de Souza, advogado especializado em Direito Econômico e Financeiro: “Quando Sarney diz que o País não tem leis, não posso concordar com ele. Temos leis, muitas leis. Falta é aplicação das leis existentes, mecanismos para punir estelionatários, corruptos. Há uma série de leis para punir infratores no campo do Direito econômico, financeiro e administrativo, mas a impunidade é a regra geral. Nossas leis atingem o grau máximo ao punir administradores de instituições financeiras fraudulentas, o chamado crime do colarinho branco. Há legislação específica. A máquina policial não está aparelhada? Então, falta alguma coisa que não é a lei. Há inconveniência em se levar determinado processo até o fim? Povo enorme número de pessoas envolvidas conclui-se que há o fator político dentro a série de fatores. Não se resolve pelo excesso de normas, mas pela aplicação das leis existentes. Há mecanismos para punir pessoas nas mais variadas situações, todas previstas no Código Penal. Há tantas leis e decretos que algumas vezes chegam até a complicar”.

Alcides Bittencourt Pereira, presidente da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil: “O pronunciamento de Sarney é impreciso. O parágrafo aprovado pela Constituição é um dos mais elementares princípios das garantias individuais. A impunidade é que se referiu o presidente é consequência do abandono e desprezo a que está submetido o Poder Judiciário no Brasil”. Ele defendeu também a diminuição das taxas judiciárias, para que os pobres tenham condições de apelar à Justiça. “Esse absurdo provocado pelo próprio Estado provoca distanciamento entre a população e o Judiciário”.

Geraldo Forbes, advogado: “A desestabilização é fruto do escândalo da corrupção desbragada e do desastroso governo Sarney. O sr. José Sarney é em si mesmo a desestabilização da democracia. Eu, ao contrário, quero a estabilidade que somente novas eleições diretas podem dar. Quero a estabilidade de um governo legítimo, austero e competente. Quero o bem do Brasil”.



Para d. Ivo, só ladrão de galinha vai parar na cadeia

## “Falta autoridade ao presidente”

AGÊNCIA ESTADO

“Primeiro, eu quero saber se há maior número de maus brasileiros dentro ou fora do governo, principalmente porque o governo ainda não apurou devidamente as denúncias de corrupção, mordomias, nem eliminou seus grandes marajás”, declarou Luciano Ornelas, editor-chefe de O Estado de S.Paulo, a respeito do pronunciamento do presidente José Sarney em seu programa “Conversa ao pé do rádio”. E prosseguiu: “Há, é claro, grupos políticos que tentam desestabilizar o governo. Agora, se esses grupos, que são pequenos, conseguem uma repercussão tão grande, é porque realmente falta autoridade ao presidente para se impor ao País. A técnica de acusar a imprensa é uma velha conhecida e usada por todos os que se sentem ofendidos. Eles se esquecem de que a imprensa não cria fatos, apenas os notifica. Daí sua importância para que a sociedade saiba e conheça bem o país onde vive. Quanto à Constituinte, o presidente simplesmente não deve se intrometer”.

Ivan Angelo, editor-chefe do Jornal da Tarde: “Em primeiro lugar, a frase do presidente ‘desmoralizando homens públicos’ está mal colocada. Eles mesmos é que se desmoralizam em nosso país. Não me consta que a imprensa jamais tenha falado coisas desmoralizantes contra quem se porta com honestidade e honra. Além disso, não se precisa da imprensa para disseminar a descrença. É o próprio povo que tem demonstrado, através de pesquisas e de suas entidades de classe, sua descrença. A imprensa apenas reflete o que o povo pensa, como um espelho”.

Fausto Fass, secretário de redação da Rádio Eldorado: “Infelizmente, o presidente não especificou os órgãos de comunicação que, segun-

do ele, dão ‘guarda à leviandade’. Generalizando, sua crítica cai no vazio. Esqueceu-se, ainda, de que a função primordial da imprensa é buscar a verdade, doa a quem doer. O Brasil ganharia mais se o governo apurasse as denúncias que estão sendo provadas e não atacasse quem denuncia”.

Matinas Suzuki Júnior, secretário de redação da Folha de São Paulo: “A Folha vê com extrema apreensão, e condena frontalmente, as críticas que o presidente dirigiu às decisões do Congresso constituinte. Trata-se de um poder soberano e legítimo, sendo extremamente preocupante as tentativas do governo — que se depreendem do discurso presidencial e do pronunciamento do ministro Antônio Carlos Magalhães, anteontem, na Fiesp — de antagonizar o Congresso constituinte frente à opinião pública. Recebe, ademais, com estranheza, os julgamentos do presidente a respeito do que chamou de ‘alguns setores dos órgãos de comunicação’.

É um dever elementar de toda imprensa democrática trazer ao leitor o máximo de informações comprovadas sobre as irregularidades de um governo. Revelando a lista de pedidos de verbas ao governo federal, a Folha está zelando pela transparência no tratamento dos recursos do contribuinte. Criticando o atual sistema de apadrinhamento e o fisiologismo de incontáveis políticos brasileiros, a Folha atende ao compromisso que firmou com seus leitores e ao papel que cabe à imprensa numa sociedade democrática”.

Marcos Sá Correia, editor do Jornal do Brasil: “Quem fala em orquestração da imprensa ignora o grau de concorrência entre os jornais em busca das notícias. Os jornais não são sócios. Estão uns contra os outros”.

Hélio Fernandes Filho, diretor

## Autoridade fraca leva à impunidade, diz cardeal

AGÊNCIA ESTADO

“Não sei se é insuficiência da lei para enfrentar a corrupção, ou se é frouxidão das autoridades na aplicação da lei.” Foi manifestando essa dúvida que o cardeal Vicente Scherer reagiu ontem, em Porto Alegre, às declarações do presidente Sarney de que não pode tomar medidas mais enérgicas contra os corruptos porque a legislação “é extremamente permissiva”. No entanto, o cardeal disse ter uma certeza: “Só sei que os corruptos não são punidos”. Concordando com a advertência do presidente, de que há grupos interessados em desmoralizar as instituições, os políticos e o próprio sistema de vida do País, dom Vicente ressaltou: “Sempre há os pesca-

dores de águas turvas. E como as águas no Brasil estão sempre muito turvas, eles estão lá, com seus anzóis”.

D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, em São Paulo: “Não basta instaurar processos e mais processos. É preciso que eles sigam até o fim, com a condenação dos culpados. Aqueles que são evidentemente culpados não podem permanecer impunes”.

D. Ivo Lorscheiter, ex-presidente da CNBB: “No Brasil, os ladrões de galinha vão para a cadeia, mas os grandes não”.

D. Afonso Nieuws, arcebispo de Florianópolis: “É preciso admitir, sem meias palavras, que no Brasil vigora a corrupção, a impunidade e a proteção aos poderosos”.

do Tribunal de Imprensa: “O presidente está enganado. A corrupção de seu governo é evidente, e a imprensa nada mais faz do que denunciá-la. Os corruptos é que devem estar fazendo força junto ao presidente para que ele venha a dar declarações desse tipo. Não acredito que, em sua consciência, Sarney faria declarações como esta. Afinal, ele é um político tarimbado”.

Lauro Schirmer, editor do Zero Hora (Porto Alegre): “O presidente pode ter razão quanto à permissividade das leis brasileiras na repressão ao crime em todos os níveis. Isto acontece exatamente porque este país, por longos períodos, tem tido o poder público acumpliciado com a corrupção, quase que a institucionalizando. E quando as denúncias se fazem mais fortes, em vez da ação possível, há os que preferem partir para a reação mais cômoda de tudo atribuir à leviandade que tem guardada em alguns setores dos órgãos de comunicação”.

Ivanildo Sampaio, editor geral do Jornal do Comércio (Recife): “O papel da imprensa é denunciar. Não foi a imprensa que fez do ex-ministro Aníbal Teixeira um corrupto, mas os seus atos à frente do Ministério do Planejamento. O presidente transmite muita mágoa pessoal. Se ele acha que está sendo atacado, porque não dá nome aos bois? Se ele generaliza, esquece que tem um jornal no Maranhão. Pode ser que ele se ressinta das críticas a ele, como escritor — feitas constantemente por Millôr Fernandes, por exemplo — porque a corrupção no País é um fato notório e há centenas de exemplos, desde o conhecimento antecipado das empresas que iriam construir a Norte-Sul à convocação de seu genro, Jorge Murad, para depor num processo de corrupção”.

Elaísio Furtado Mendonça, editor da Tribuna de Minas: “Cabe ao Palácio do Planalto verificar se

existem fontes dentro do governo alimentando o noticiário dos jornais. O jornal anuncia o que fica sabendo, as denúncias que chegam até nós. Cabe ao próprio presidente, com seu mecanismo de devassa, que tão bem foi usado antigamente, especialmente em 64, e que agora está falho, apurar todas as denúncias e apresentar os corruptos”.

Waimir Milanez, redator-chefe da Folha de Londrina: “Como é que está fazendo uma campanha contra o governo se o que existe é inflação e mais inflação e aumentos de combustíveis em cima de aumento de combustíveis? Dá tristeza ouvir o presidente dizer coisas como essas. Quanto à realidade, é a deterioração do governo e da classe política”.

Paulo Roberto Sampaio, redator-chefe da Tribuna da Família (Salvador): “Estava certo de que a fase da pressão e da censura havia acabado no Brasil. É um absurdo querer que a notícia seja dada, apenas, tratamento oficial”.

Salomão Esper, diretor-superintendente da Rádio e TV Bandeirantes: “Primeiro, acho que o presidente se sentiu magoado quando viu sua família atingida. Acredito que ele deveria ter sido mais claro e não ficar escondendo seu pensamento. Penso que ele deveria ter sido mais claro e não ficar escondendo seu pensamento. Penso que ele deveria ter revelado quais os setores e os órgãos de comunicação a que se referiu. Se eles fossem assim, tão pequenos, não haveria motivo para queixa. A imprensa tem tido esse comportamento quase que unânime: não poupa críticas ao comportamento condenável de alguns políticos”.

Miranda Jordão, editor responsável da UHima Hora (Rio): “A imprensa é sempre um bode expiatório. Todas as vezes que um político fica sem saída acusa a imprensa. Essa é a pura verdade”.

## Sindicalista aponta ‘podridão’ no governo

AGÊNCIA ESTADO

“Uma acusação dessa natureza é para encobrir a podridão desse governo.” Assim reagiu Agenor Narciso, presidente da CUT do ABC paulista, às acusações feitas ontem pelo presidente Sarney através do programa “Conversa ao Pé do Rádio”, de que a imprensa está “orquestran-

do” uma onda de corrupção e que há setores da sociedade interessados em “desestabilizar o governo”.

Na opinião de Agenor, os ataques do governo à CUT e ao PT têm por finalidade “desviar a atenção da população”. E indaga: “Por que o governo não apurou a denúncia de fraude na concorrência da Ferrovia Norte-Sul? Por que a polícia invade um sindicato no Rio de Janeiro de

metralhadora em punho e não faz o mesmo com Aníbal Teixeira, afastado do governo por corrupção?”

João Avamileno, cutista, presidente eleito do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André: “O Brasil é o país das grandes corrupções e está claro que é nos órgãos do governo que elas existem”.

Enilson Simões de Moura, presi-

dente da CGT-ABC: “A imprensa não está inventando nada. Esse não é o momento de maior corrupção da História do País. Simplesmente, a imprensa está cumprindo seu papel”.

Jorge Coelho, presidente da CUT paulista: “O presidente Sarney busca legitimidade criticando os outros”.



Fagundes: Lei Fleury serviu para proteger torturadores

## Como se fosse oposição

ALUISIO DE TOLEDO CÉSAR

Não resta dúvida: o presidente José Sarney também passou para a oposição. Realmente, tendo maioria no Congresso Nacional, e estando, portanto, em condições de aprovar, suprimir ou alterar as leis, é de estranecer que venha de público dizer: “O meu governo tem instaurado processos, prendido, mas em seguida a lei manda soltar”.

Partindo de quem parte, esse tipo de afirmação não pode deixar de difundir perplexidade. Bacharel em Direito, político experimentado, José Sarney não estará esquecido de que o País vive regime federativo, fundado na tripartição de Poderes.

Por esse regime, o Poder que julga as leis não as elabora nem as executa; o que as executa não as julga; e o que as elabora nem julga nem executa. Enfim, o Judiciário, que tem a finalidade de aplicar as leis, não inclui em suas prerrogativas a iniciativa de elaborá-las.

Quando um magistrado cumpre a lei e solta um bandido, causando revolta à população, sempre surge alguém do povo, sem o devido conhecimento, que afirma: “Não adianta prender que a Justiça solta”. Pois bem, que as pessoas desilustradas façam esse tipo de afirmação ainda se pode admitir, porque lhes falta o conhecimento científico de uma questão que é ao mesmo tempo jurídica e política.

Todavia, quando o presidente de um dos Poderes, advogado formado, com décadas de exercício na política, nega todos os seus conhecimentos e parte para a afirmação de que não adianta prender, porque “em seguida a lei manda soltar”, é evidente que a atitude exprime uma crítica a si próprio.

Na condição de presidente da República, José Sarney tem todas as facilidades para determinar à sua assessoria jurídica a elaboração de leis mais eficazes e de propor a reforma daquelas que considera “permissivas”, como é o caso da Lei Fleury. Elaborado o anteprojeto, tu-

do o que deve fazer é remetê-lo ao Congresso Nacional, por intermédio de sua liderança política, e cuidar de sua segura aprovação, uma vez que possui maioria no Legislativo e está em condições, portanto, de aprová-lo.

É incrível que, ao invés de agir dessa forma, venha externar publicamente um desequilíbrio que o compromete. A medida do desequilíbrio está no texto seguinte: “Agora, quero dizer aos brasileiros: se a coisa já era difícil, com este texto (o recém-aprovado pela Constituinte), nem policial, nem soldado, nem ninguém poderá prender qualquer criminoso. Os direitos são do preso, e não da sociedade, da vítima. Será o caos, o império do crime e da impunidade”.

Grave, muito grave que o presidente da República venha descarregar suas emoções numa afirmação dessa natureza, sobretudo na medida em que sua fala se espalha pela pirâmide social e vai atingir diretamente as pessoas menos capazes de identificar o seu real significado. Mas há de se refletir: a iniciativa do presidente da República exprimirá um desequilíbrio incontrolado ou se inserir num programa político voltado para a implosão do processo constituinte?

José Sarney foi caustico com os parlamentares, ao atirar sobre seus ombros toda a responsabilidade pela aprovação do texto constitucional que prevê as prisões somente no caso de flagrante delito, como se essa conquista da Humanidade, alcançada após séculos de luta, representasse abertura para a impunidade.

Curiosamente, o seu grupo de apoio se insere entre aqueles que aprovaram as novas normas constitucionais, levando à inferência de que o presidente, desafortunadamente, na falta de coisa melhor para fazer, optou pela oposição a si próprio. Consegue, assim, unanimidade, visto que somente ele e um pequeno grupo aprovavam o seu governo.

## “Chega de apanhar; vamos agora bater”

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney inaugurou ontem o programa “Conversa ao Pé do Rádio”, uma nova etapa na comunicação do seu governo. Segundo se afirma no Palácio do Planalto, Sarney decidiu sair da defensiva e passar para o ataque contra aqueles que estão prejudicando o andamento normal do seu governo. “Chega de apanhar. Vamos agora bater um pouco”, teria desabafado o presidente Sarney.

No Planalto, comenta-se que as pessoas que estão falando em renúncia não conhecem bem o temperamento do presidente. O espírito que o envolve neste momento, segundo se afirma, é o oposto: o de partir para o ataque. Já que querem briga, o presidente Sarney “vai topar a parada”. Os ataques que o presidente da República vem recebendo de parlamentares, principalmente através da imprensa, não vão arrefecer o ânimo de Sarney, que pretende agir serenamente, mas com firmeza e atacando, quando necessário, até o final do seu mandato, afirmam fontes palacianas.

Sarney, segundo essas fontes, não demonstrou nenhum sinal de irritação durante a gravação do programa “Conversa ao Pé do Rádio”. No início da tarde de anteontem, trocou idéias sobre os temas a serem abordados no programa, com o assessor Luiz Gutemberg e às 19 horas deu início à gravação, realizada por técnicos da Empresa Brasileira de Notícias (EBN), na presença de quatro assessores: Antônio Carlos Drummond, Joaquim Campelo, Luiz Gutemberg e Napoleão Sabóia.